



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS  
V.2, N.1. 2019

---

## FORMAÇÃO DO PENSAMENTO PSI: UM PASSEIO PELOS ALICERCES DA PSICOLOGIA

PSI THOUGHT CONSTRUCTION: A RIDE THROUGH PSYCHOLOGY BASIS

Elcides Hellen F. Landim Barreto<sup>1</sup>

---

### RESUMO

A psicologia tem em suas bases um complexo de pensamentos acerca do ser humano que, embora existam nas mesmas épocas, diferem entre si. Entender a construção desse espaço de coexistência de diferentes formas de compreender o mesmo objeto de estudo na constituição dessa ciência é fundamental para formação de psicólogos, mas essa, comumente, tem sido uma tarefa difícil para aqueles que iniciam a graduação nesse campo. Assim sendo, o presente texto foi pensado no sentido de apresentar de maneira simplificada, sobretudo aos iniciantes no estudo da psicologia, como se forma esse emaranhado de pensamentos que possibilitaram o aparecimento da psicologia como ciência no século XIX. Para tanto, recorreu-se a uma revisão de literatura narrativa que teve como suporte livros e artigos que discorrem sobre as bases constitutivas do pensamento psicológico. Considerando que se trata de um texto introdutório destinado, sobretudo, a ingressantes na graduação, busca-se utilizar uma linguagem simples, clara e objetiva em sua elaboração.

### PALAVRAS-CHAVE

Psicologia. Fundamentos. Espaço psicológico.

### ABSTRACT

Psychology has in its bases a complex of thoughts concerning to the human being; notwithstanding that they exist in the same epochs, differ from each other. Comprehending the construction of this space of coexistence of different ways of understanding the same object of study in the constitution of this science is fundamental for the training of psychologists. However, this has been a difficult task for those who begin to graduate in this field. Consequently, the current work was thought in a way to be abridgedly presented, in special to the beginners in the study of Psychology, how to form this entanglement of thoughts that enabled the appearance of Psychology as a science in the nineteenth century. In order to do so, it was resorted to a review of narrative literature which has had as support books and articles that discuss the constitutive basis of psychological thinking. Considering that this is an introductory text primarily undergraduates driven, it is sought to use a simple, clear and objective language in their elaboration.

### KEY-WORDS

Psychology. Basis. Psychologist Space.

## INTRODUÇÃO

A psicologia é um campo de saber constituído por um emaranhado de pensamentos e perspectivas que buscam dar conta de entender o ser humano. Assim sendo, compreender a construção social e histórica desse complexo de ideias que possibilitam o aparecimento da psicologia como ciência no século XIX é uma condição fundamental para uma formação crítica. No entanto, como professora da disciplina de história da psicologia, percebo que entender esse processo de coexistência de diferentes pensamentos acerca do objeto de estudo da psicologia é, comumente, uma tarefa difícil para aqueles que iniciam a graduação nesse campo. Assimilar essa composição multifacetada do espaço psicológico exige que os alunos rompam com um modelo de compreensão segundo o qual os fatos são descritos como uma sucessão linear de acontecimentos e passe a perceber a realidade como uma construção na qual os sujeitos, ao mesmo tempo em que a transformam, são também transformados por ela.

Como docente tenho observado que muitas vezes é difícil romper com o paradigma da causalidade linear reificado no ensino médio, sobretudo porque os textos ofertados no início da graduação que expõem essa construção epistemológica do pensamento psicológico são escritos, segundo a percepção dos ingressantes, numa linguagem complexa. Diante disso, esse trabalho se propõe a ser um mediador introdutório entre os alunos iniciantes e os textos que tratam da formação do espaço psicológico. Assim sendo, o objetivo desse escrito é apresentar, de maneira mais acessível, conteúdos trabalhados no início da disciplina história da psicologia.

Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa da literatura acerca da formação do espaço psicológico que teve como base, sobretudo, as seguintes obras: Psicologia, uma (nova) introdução (FIGUEIREDO; SANTI, 2006); Matrizes do pensamento psicológico (FIGUEIREDO, 2005) e A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900) (FIGUEIREDO, 2007). Dessa forma, busca-se possibilitar aos alunos do primeiro semestre do curso de psicologia uma aproximação mais prazerosa dos textos acima citados. Assim, espera-se que possam romper paradigmas solidificados no ensino médio rumo à compreensão de uma história da psicologia pela perspectiva da construção histórica e social da realidade.

## DESENVOLVIMENTO

Podemos entender que a história da psicologia de fato inicia com sua oficialização como disciplina independente, o que ocorreu na segunda metade do século XIX. Como relata Freire (2014), a paternidade da psicologia é disputada por dois nomes que se ligam ao seu nascimento, Fechner (1801-1887) e Wundt (1832-1920). “O nome de Fechner está relacionado com a publicação de sua obra *Elementos de psicofísica* publicado em 1860. O de Wundt está ligado à publicação de

seu livro *Elementos de psicologia fisiológica*, em 1864, e à criação do primeiro laboratório psicológico, em Leipzig, Alemanha, em 1879” (FREIRE, 2014, p. 91).

No entanto, é importante entendermos que esse momento específico não é fruto de ideias de indivíduos geniais, mas sim de um processo cujo início remonta ao Renascimento, quando começam a se formar as condições que possibilitam a psicologia como uma ciência desmembrada da filosofia e/ou de outros campos de conhecimento.

Esse processo diz respeito, principalmente, ao fato de ir se constituindo um espaço no qual olhares se voltam para as condições de ser do sujeito, que em outros momentos não estavam no alvo das preocupações, ou seja, a ideia de subjetividade. Por outro lado, ocorre o questionamento dessa subjetividade, causando, assim, um vácuo que demandou um conhecimento sistematizado que fosse capaz de explicar e amparar esse sujeito.

Assim sendo, o processo de formação do espaço psicológico, ou seja, as circunstâncias propícias para o surgimento da psicologia, pode ser vinculado, sobretudo, às seguintes condições: 1. o aparecimento da ideia de subjetividade, pois a psicologia é antes de tudo, um saber que trata do homem enquanto sujeito; 2. a crise dessa ideia de subjetividade ocasionada quando a própria condição de ser do sujeito é questionada, deixando, assim o sentimento de insegurança. Essa condição de desamparo faz com se busque um conhecimento seguro, capaz de amparar o sujeito quando sua própria condição de ser é contestada. A esse ponto se associa uma terceira condição que é: 3. a valorização do saber sistematizado como via de conhecimento seguro, verdadeiro, capaz de, não só explicar, como também prever e controlar o seu objeto, ou seja, o conhecimento científico (FIGUEIREDO; SANTI, 2008).

Dito isso, passo agora a discorrer sobre as condições, sumarizadas acima, que possibilitaram o aparecimento da psicologia como ciência no final do século XIX.

### **Do aparecimento da noção de subjetividade privatizada às Ideias Liberais**

Para tratarmos do aparecimento da ideia de subjetividade privatizada é importante começarmos a discorrer sobre o desenvolvimento do próprio pensamento humano que desde tempos remotos busca entender a realidade que o cerca. As civilizações mais primitivas encontraram no mito a maneira de dar sentido aos fenômenos naturais e demais experiências vividas. Assim sendo, o mito aparece como primeira forma de explicar a realidade na qual a humanidade estava inserida. Para Carpegiani (2014, p. 5), o pensamento mítico “representa a tentativa de organização e compreensão da desconhecida e assustadora força da natureza e também da posição do próprio homem nesse universo, por meio do poder das divindades”.

A partir da percepção dos padrões que regem o universo, a humanidade começa a buscar explicações que justificassem as regularidades dos fenômenos naturais, como, por exemplo, a ordenação dos períodos de chuvas e de estiagens. Assim, as explicações mitológicas vão dando lugar ao pensamento baseado na razão contemplativa dos fenômenos naturais observados. Num primeiro momento, buscava-se a *physis*, o princípio ordenador do universo, do cosmo, por isso chamado de período cosmológico.

Num segundo momento identificado como período antropocêntrico da Antiguidade, as questões que se apresentam para os pensadores são, inicialmente, ‘como conhecemos’ e, em seguida, ‘como podemos conhecer’ (FREIRE, 2014). Para Bock, Furtado e Teixeira (2008), a consistência acerca dessas questões antropológicas é conseguida com Sócrates (469-399 a. C). Filósofo este cuja “preocupação era o limite que separa o ser humano dos animais. Dessa forma, postulava que a principal característica humana era a razão. A razão permitia ao ser humano sobrepor-se aos instintos, que seriam a base da irracionalidade” (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2008, p. 33). Assim sendo, Sócrates abre caminho para uma busca por entender e teorizar, no campo da filosofia, a respeito dos processos de consciência.

Os passos seguintes no sentido de explicar a razão são dados por seu discípulo, Platão (427-347 a.C.), defendendo que o homem é composto por dois mundos: o material (corpo) e das ideias (alma). Esta, representante de todo o conhecimento, ao ser aprisionada àquela torna-se limitada. Aristóteles, discípulo de Platão, discordava de seu mestre ao defender a indissociabilidade entre alma e corpo. Para ele, “a *psyché* seria o princípio ativo da vida” (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2008, p. 33), ou seja, a alma é o ânimo do corpo e, por isso, tudo que tem vida tem alma.

Essas especulações filosóficas que se desenvolviam na Idade Antiga foram redirecionadas na Idade Média. Neste período, com a ascensão do Cristianismo, todo o conhecimento ficou subordinado à fé, de maneira que a produção intelectual ficou a cabo de integrantes do clero. Neste contexto, Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino (1224-1274) se destacam na tarefa de produzir uma leitura das obras de Platão e Aristóteles de maneira a adequá-las aos anseios do Cristianismo (CARPEGIANI, 2014)

É importante pontuar que embora a filosofia tanto na Idade Antiga quanto na Idade Média tratasse do homem, ainda não existia a ideia de subjetividade privatizada, ou seja, de intimidade, de se perceber como um indivíduo. Como descreve Figueiredo e Santi (2006, p. 22), “nos primórdios da nossa história eram poucos os elementos de uma sociedade que podiam gozar de liberdade para se reconhecer como seres moralmente autônomos, capazes de iniciativas, dotados de sentimentos e desejos próprios”. Haja vista que as pessoas viviam sob o sistema feudal de base teocêntrica que era baseado na relação senhor-servo, organizavam-se em comunidades, sem

liberdade para escolher um estilo de vida próprio e sem possibilidade de ascensão econômica e social. Assim, “A experiência medieval fazia com que o homem se sentisse parte de uma ordem superior que o amparava e constringia ao mesmo tempo” (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 23).

A intensa opressão causada pelo Cristianismo associada ao desenvolvimento tecnológico alcançado no século XIV suscita no ser humano sentimentos que o leva a questionamentos do teocentrismo e a uma renovação cultural que ficou conhecida como Renascimento. É a partir desse período, com o declínio do pensamento medieval e lançamento do ocidente ao restante do mundo, que podemos falar no aparecimento da noção de subjetividade. Uma vez que o questionamento da ordem vigente coloca o ser humano numa condição de desamparo e é justamente no momento em que se percebe desamparada, que a humanidade se volta para o foro íntimo com o intuito de buscar uma nova ordem a seguir. Como apontado por Figueiredo e Santi, (2006, p. 20), “A perda de referências coletivas, como a religião [...] ou uma lei confiável obriga o homem a construir referências internas. Surge um espaço para a experiência de subjetividade privatizada: quem eu sou, como sinto, o que desejo, o que considero justo e adequado? ”. Assim sendo, “nossa noção de subjetividade privada data aproximadamente dos últimos três séculos: da passagem do Renascimento para a Idade Moderna” (*ibidem*, p. 23).

Outro aspecto que aprofunda a experiência da subjetividade é o desenvolvimento do sistema mercantil, no qual a organização social e econômica é baseada no comércio. Portanto, era necessário que o ser humano se voltasse para si, a fim de identificar o que de melhor era capaz de produzir, uma vez que só assim seria possível gerar o excedente necessário à comercialização.

Assim como a mudança cultural, a substituição do sistema feudal pelo mercantil vai produzir uma sociedade atomizada e desamparada. Isso corre porque “O mercado cria inevitavelmente a ideia de que o lucro de um pode ser o prejuízo do outro e que cada um deve defender os seus próprios interesse” (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 40). Dessa maneira vai se constituindo uma experiência na qual os interesses individuais devem prevalecer sobre os da sociedade.

Esse sistema de venda e compra toma não somente os produtos, mas também o trabalho, constituindo assim o que chamamos de mercado de trabalho. Para essa esfera dirigem-se aqueles que “não têm os meios próprios para produzir e sobreviver, necessitando alugar sua capacidade de trabalho para receber em troca um salário com o qual devem comprar os produtos de que necessitam” (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 40). Assim, as relações comunitárias de produção, bem como de uso dos meios de produção, tais como campos e florestas, dão espaço ao trabalhador livre. Este, antes sob a exploração, mas também proteção do senhor feudal, torna-se livre para vender a sua força de trabalho.

No entanto, associar essa liberdade a um ganho parece contraditório, uma vez que “Ela é principalmente uma liberdade negativa, isto é, o sujeito ao ganhá-la perde uma porção de apoios e meios de sustentação. Perde a solidariedade do seu grupo: a família ou a aldeia deixam de ser auto-suficientes, e cada indivíduo vai isoladamente procurar seu sustento” (*ibidem*, p. 43). Nesse contexto, “A sociedade fica, dessa forma, atomizada, quer dizer, em vez de comunidades produtivas, temos indivíduos livres produzindo ou vendendo sua força de trabalho a proprietários privados. Mas esse indivíduo livre é um desamparado” (*ibidem*, p. 43).

Assim sendo, na passagem do Renascimento para a Modernidade tem-se uma sociedade que desenvolve a noção subjetividade possibilitada pelo sentimento de desamparo causado pelo questionamento de crenças e leis que sustentavam em tempos anteriores. Essa experiência de subjetividade é aprofundada na consolidação do sistema mercantil quando se demanda que os sujeitos recorram ao foro íntimo para identificar suas capacidades de produção. No entanto, como já apresentado, O processo de mercantilização também aprofunda a atomização e desamparo da sociedade na medida em que, ao se livrarem da servidão ao senhor feudal e se reconhecerem como indivíduos livres, estes perdem a proteção superior, que os regiam e sustentavam, bem como a vivência comunitária, pois agora todos são concorrentes uns dos outros. Dessa forma, é que o desamparo causado pelo questionamento do teocentrismo e o desenvolvimento do mercantilismo possibilitam que surja e se aprofunde a noção de subjetividade.

É importante dizer que, entendendo-se como sujeitos, os indivíduos reivindicam o direito de se inserir na esfera pública. Dessa forma, vão surgindo os Ideais Liberais que embalam as lutas da burguesia (classe social originada, sobretudo, com a ascensão do mercantilismo) nos séculos XVIII e XIX por “uma maior liberdade de ação e de representação política frente à nobreza e ao clero” (TOSI, 2002, p. 29). Assim sendo, trata-se de uma liberdade relacionada, principalmente, ao trânsito na esfera pública, ambiente no qual imperam as leis, as convenções, o decoro, ou seja, as amarras sociais (Figueiredo, 2007).

Dessa maneira, os Ideais Liberais que embasam a Revolução Francesa, caracterizam-se pela luta dos sujeitos para se tornarem livres para fazerem suas escolhas. Porém, é necessário pontuar que ao ganharem a possibilidade de inserção na vida pública e a liberdade de venderem o seu trabalho, precisam assumir os papéis sociais que lhes cabem e as consequências de suas escolhas.

### **Da valorização do conhecimento científico às Práticas Disciplinares**

Como visto até aqui, o pensamento mitológico foi uma maneira inicial que as sociedades primitivas encontraram para explicar a realidade. Essa forma de compreensão foi

substituída pela razão filosófica que, posteriormente, foi suplantada pela crença teocêntrica medieval.

Entre os séculos XV e XVI, transformações sociais, econômicas e políticas motivadas pela expansão das cidades, pelo aumento das atividades comerciais, e aperfeiçoamento técnico e científico alcançado pelo ser humano provocaram mudanças no pensamento e valores da sociedade europeia. Esta passa a entender a Idade Média como um período de trevas que havia obscurecido os sentimentos e pensamentos por meio de superstições e dogmas (BRAICK; MOTA, 2013).

Neste contexto de questionamento do teocentrismo, a humanidade se afasta da esfera divina que a regia. Esse distanciamento de uma ordem superior faz com que os homens se sintam livres para explorar o mundo, fazendo com que o Renascimento fosse um período de intensa produção cultural e de conhecimento. Como colocado por Figueiredo e Santi (2006, p. 24), “a perda desse sentimento de comunhão com uma ordem superior traz uma sensação de liberdade e a possibilidade de uma abertura sem limites para o mundo”. De maneira que na ausência de uma figura de autoridade determinando seus caminhos, os sujeitos são levados a definirem por si mesmo suas escolhas e, também, responsabilizarem-se por elas. Assim sendo, o ser humano passa a cada vez mais se perceber como ser de razão capaz de prever e controlar o mundo que, menos sagrado, passa a ser visto como uma grande máquina a serviço da humanidade.

No entanto, por outro lado, como já dito anteriormente, no cenário de intensa atividade comercial no qual as verdades absolutas são questionadas, o homem europeu se percebe numa condição de desamparo. De acordo com os autores explorados na construção deste texto, se por um lado a ordem superior que regia o universo constrangia o sujeito, por outro o amparava. De maneira que ao afastar-se dela, o ser humano, ao perder as referências construídas até o momento, percebe-se perdido e inseguro.

Essa perda de referências, ocasionada pelos questionamentos das verdades até então absolutas, provoca nos seres humanos um sentimento de ceticismo, ou seja, de descrença que se possa chegar a um conhecimento verdadeiro. Esse sentimento de descrença associado ao caráter individual dessa sociedade vai suscitar reações no sentido de superar o ceticismo. Nessa seara, duas diferentes maneiras de se chegar ao conhecimento verdadeiro são apresentadas. Uma pela via da racionalista e outra pela via do empirismo. “Em ambas, contudo, tratava-se de estabelecer novas e mais seguras bases para as crenças e para as ações humanas, e procuravam-se as bases no âmbito das experiências subjetivas” (*ibidem*, p. 27)

O pensamento racionalista moderno tem como expoente o filósofo francês René Descartes (1596-1650). Este tem como princípio que toda ideia deve ser questionada antes de aceita como verdade. Dessa forma, parte do próprio ceticismo, por meio da dúvida (dúvida metódica), para se chegar a um conhecimento seguro, verdadeiro. Inserido no próprio processo de duvidar de



tudo, Descartes chega à conclusão que pensa e, portanto, pelo menos enquanto ser que pensa, existe. Assim sendo, a conclusão inquestionável e que será, a partir de então, a base de todo o conhecimento é a de um “eu” pensante, de razão (FREIRE, 2014).

Também Francis Bacon busca um método seguro para se chegar à verdade. No entanto, diferentemente de Descartes, para este, o conhecimento seguro se dá com base na experiência sensorial. Para ele “É necessário dar à razão uma base nas experiências dos sentidos, na percepção, desde que essa percepção tenha sido purificada, liberada de erros e ilusões a que está submetida no cotidiano” (ibidem, p. 31). Como pode ser visto, embora discorde no método, Bacon também entende que para encontrar a verdade o ser humano deve transcender no sentido de que este deve estar acima das ilusões mundanas cotidianas.

Assim, como descrito por Figueiredo e Santi (2006, p. 30), “O homem moderno não busca a verdade num além, em algo transcendente; a verdade agora significa adquirir uma representação correta do mundo. Essa representação é *interna*, ou seja, a verdade reside no homem, dá-se para ele”. No entanto, para se chegar a verdade se faz necessário que o próprio homem se torne transcendente, no sentido de abster-se de desejos e até da percepção que lhe chega por meio do corpo. Pois só assim seria possível ter um conhecimento de mundo verdadeiro, livre de tudo que pudesse enganá-lo. Dessa forma, o ceticismo renascentista é superado pelos métodos racionalistas e empiristas desenvolvidos principalmente por Descartes e Bacon, respectivamente.

Como relatado acima, estes são apresentados e cada vez mais valorizados como métodos seguros para se alcançar conhecimentos verdadeiros acerca dessa grande máquina chamada universo. Assim sendo, não só o seu funcionamento, mas tudo que há nele, incluindo o homem, passa a ser compreendido a partir de leis mecânicas que devem ser desvendadas pelos métodos seguros para se chegar à verdade (racionais e empíricos), ou seja, pelos métodos científicos.

Aqui é importante evidenciar uma outra característica do método científico que é o da utilidade. Como explicitado, o método científico se presta a desvendar os mecanismos que regem o universo para que de posse desse conhecimento o ser humano seja capaz de prever, e assim, controlar o seu funcionamento. Dessa forma, a previsão e o controle do funcionamento desse grande relógio são os fins últimos que alimentam a busca pela compreensão das regras de seu funcionamento. Dessa perspectiva não se exclui o homem que, como elemento do universo, passa a ser compreendido pela mesma perspectiva: uma máquina cujo funcionamento deve ser desvendado.

Dessa maneira, o método científico possibilita que o ser humano deixe de ser aquele que era regido, controlado, e passe a se perceber como soberano, capaz de, não só desvendar, mas também, controlar o funcionamento do universo e, inclusive, do próprio ser humano. Assim sendo,



esse ser soberano vai desenvolvendo, cada vez mais, estudos, técnicas e manuais científicos explicando e buscando disciplinar as percepções, os comportamentos e percepções dos sujeitos.

Como definido por Figueiredo e Santi (2006, p. 46), “Esse sistema que envolve elaboração e aplicação de técnicas científicas de controle social e individual será chamado de Regime Disciplinar [...] e pode ser encontrado muito facilmente nas práticas de todas as grandes agências sociais [...]”. Essas disciplinas, que se intensificam no século XIX, vão disfarçadamente impondo controle à aspectos íntimos dos seres humanos, como imaginação, emoções, desejos. Isso ocorre de tal maneira que os sujeitos, não sem mal-estar, passam a suspeitarem de si mesmos, de quem são verdadeiramente.

### **Da crise da subjetividade moderna ao Romantismo**

O aprofundamento da valorização do método científico e o florescimento do sentimento de liberdade política e econômica pode ser sintetizado pelo movimento cultural e filosófico na Europa, século XVII e XVIII, denominado de Iluminismo. No século das luzes, no interior do próprio Iluminismo, a soberania do sujeito passa a ser questionada sobretudo por duas vias: um movimento de autocrítica realizado pelos próprios filósofos iluministas e pelo movimento cultural e filosófico de origem alemã denominado Romantismo.

A autocrítica iluminista é expressa por Hume ao passo que este considera o ser humano mais efeito do que senhor de suas experiências. “[...] somos, para Hume, algo que se forma e se transforma nos embates da experiência e já não podemos nos conceber como base de sustentação dos conhecimentos e de nós mesmos” (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 33). Nesta mesma linha de autocrítica também se apresenta Kant afirmando que “[...] o homem só tem acesso às coisas tais como se apresentam para ele: a isto ele chama “fenômeno”. A única forma de produzirmos algum conhecimento válido é nos restringirmos ao campo dos fenômenos, pois as “coisas em si” (independentes do sujeito) são incognoscíveis” (*ibidem*, p. 33).

Assim sendo, tanto Hume como Kant colocam a supremacia do sujeito em xeque ao defender que o conhecimento dos objetos se dá por vias subjetivas. Dessa forma, aquele perde o caráter de transcendente, capaz de decifrar os objetos de maneira puramente objetiva, neutra.

Como já pontuado, outro movimento de oposição ao racionalismo e à objetividade é o Romantismo. Este cuja origem se deu no final do século XVIII, defende que a realidade seja vista pela lente da emoção. Como descrevem Abaurre, Abaurre e Pontara (2016, p. 15), “A estética romântica substitui a exaltação da nobreza pela valorização do indivíduo e de seu caráter. ” Substitui-se a imitação da beleza clássica pela valorização da originalidade, do esforço individual,

da sinceridade. Os olhares se voltam para o enaltecimento do indivíduo com todas as suas emoções, em detrimento do controle racional.

Para o Romantismo, o ser humano é em essência um ser de emoções, de paixões, e não essencialmente racional como defendia Descartes. Assim sendo, a emoção que antes deveria ser duramente controlada, passa agora a ter lugar de destaque. Nas palavras de Figueiredo e Santi (2006 p. 35), “Aquilo que na “fundação” da modernidade deve ser excluído do “eu” ou mantido sob o férreo controle do Método parece agora invadi-lo. A razão é destronada, o Método feito em pedaços e o “eu” racional e metódico é deslocado do centro da subjetividade [...]”.

Com apontado por Figueiredo e Santi (2016), essa deposição do “eu” do lugar de senhor é revelado por diversas fontes ao longo do século XIX, muito fortemente por meio das artes, mas também em outros campos de conhecimento. Um exemplo disso é a teoria da evolução de Darwin, segundo a qual o ser humano, assim como os demais animais, é um ente natural, ou seja, não se diferencia destes em sua origem. Outra referência de grande importância é Nietzsche quando expressa que “A crença em algo fixo e estável seria uma necessidade humana, na tentativa de crer que tem controle sobre o devir” (*ibidem* p. 38). Dessa forma, denuncia não só o caráter ilusório do pensamento científico moderno, mas também todos que se propuseram como verdades absolutas e eternas.

Ao defender que o ser humano é essencialmente um ser de emoções, singular e de intensos sentimentos e não uma máquina, o Romantismo por um lado destitui o sujeito da posição de soberania. No entanto, por outro lado, aponta outra perspectiva que também possibilita a valorização da condição de ser sujeito ao enaltecer questões como a individualidade, a intimidade, a criatividade, as emoções. Dessa maneira, o movimento romântico reivindica a autonomia, ou seja, a liberdade para tornar-se o que realmente se é, livre dos ditames das regras sociais.

É importante lembrar que a liberdade reivindicada pelos Ideais Liberais era uma liberdade que se dava na esfera pública, ou seja, o sujeito desejava ser livre, por exemplo, para vender os seus produtos no mercado e ascender socialmente. Nesses casos, exigia-se que os sujeitos se adequassem ao estilo de vida da nobreza, ou seja, assumissem papéis socialmente determinados. Já a liberdade demandada no Romantismo é a liberdade privatizada, ou seja, aquela que ocorre na esfera privada, no âmbito da intimidade. Dessa forma, os sujeitos vão negando os papéis sociais impostos para se transformarem naquilo que realmente são, ou seja, vão constituindo uma personalidade singularizada.

Essa transformação, como explica Figueiredo (2007, p. 142), “Trata-se, é claro, de uma restauração paradoxal, que pode passar pela fragmentação da identidade e pela mais desregrada extravagância”. Essa fragmentação da identidade vai aparecer, por exemplo, no fato de que na estética romântica são comuns os codinomes e as duplas identidades.

Já no que diz respeito à extravagância, Binswanger (1977 *apud* Figueiredo, 2007, p. 142) “ensina que se trata de uma posição existencial insustentável: na extravagância, o sujeito “que foi além de todo limite razoável” coloca-se a uma altura na qual se vê enclacrado, sem forças para subir mais nem condições de descer para o terreno da humana convivência”. Assim sendo, o homem romântico que chega ao século XIX, ao negar as convenções socialmente impostas, vive à margem da sociedade, ou seja, é um indivíduo singular e marginalizado.

O sentimento de deslocamento da sociedade em que vive é expresso na forma de tédio de viver, o chamado ‘mal do século’. Este faz com que os sujeitos busquem maneiras de fugir da realidade seja pelo sonho, devaneio, idealizando a morte ou um passado histórico, como pode ser observado na estética romântica. De acordo com Abaurre, Abaurre e Pontara (2016, p. 16), “Recuperar o passado histórico significava, de certa forma, reconstruir os passos de um povo e reconhecer os símbolos de sua identidade, aquilo que o torna único e incomparável”.

Assim sendo, a sujeito romântico ao ser destituído da posição de soberano no universo, torna-se um indivíduo marginalizado e deslocado da sociedade de tal modo que sente saudade do tempo em que as pessoas livres viviam em comunidade.

### **Formação do espaço psicológico**

O exposto até aqui vai dando as bases para concluirmos que o pensamento psicológico, como o conhecemos hoje, foi sendo gestado, sobretudo, na passagem do Renascimento para o período Moderno. Se na Antiguidade o ser humano se percebia como um elemento do cosmo, dominado por forças sobrenaturais, o desenvolvimento do pensamento filosófico e econômico o elevou ao status de sujeito de direitos. Entre esses, estão o direito à liberdade, à propriedade, a um lugar relevante nas decisões do Estado. No entanto, as conquistas impulsionadas pelas ideias liberais, como a superação da relação senhor-servo e a sua inserção na esfera pública, jogam o sujeito na condição de desamparado, atomizado e enclacrado nas amarras sociais.

Retomando como ponto de partida a Idade Antiga, temos um ser humano que vai deixando de ser subordinado a forças transcendentais e assume, ele mesmo, o posto de soberano. Este se percebe como ser essencialmente racional e, assim sendo, se propõe a desvendar a lógica que rege o universo e, assim, prever e controlar tudo que nele existe, incluindo o ser humano. Porém esse poder de controle que se intensifica no século XIX por meio das práticas disciplinares vão de tal modo se inserindo na vida privada dos sujeitos que eles vão percebendo que suas ações não são, em grande parte, fruto de suas escolhas solipsista, mas resultado das práticas disciplinadoras. Dessa maneira, estes começam a vivenciar a angústia de desconfiarem de si mesmos, de duvidarem daquilo que realmente são, pensam e sentem.

Nessa condição, os sujeitos embalam um movimento de negação do posto de soberania e de desprendimento das amarras sociais. Eles se colocam como seres essencialmente emocionais e, portanto, fogem da lógica de ajustamento na tentativa de se tornarem livres para descobrir e vivenciar com intensidade as suas emoções e desejos mais primitivos.

Essa vivência intensa das emoções leva os sujeitos a uma condição de esgotamento, ou tédio de viver que se soma ao sentimento de que não existe um lugar no mundo para si. Assim, o sujeito romântico, embora tenha resgatado a sua singularidade e intimidade, sente-se desamparado, marginalizado e solitário.

Assim sendo, temos um cenário no século XIX no qual convivem três perspectivas acerca da condição humana e formas de organização social: as Ideias Liberais, as Práticas Disciplinares e o Romantismos. A coexistência desses três pensamentos vai formar o espaço psicológico, ou seja, constituirá o solo fértil para que surjam projetos de psicologia que busquem tratar do sujeito cada uma a partir de sua perspectiva. Uma vez que cada um, ao seu modo, tanto aprofunda a experiência de subjetividade quanto revela uma crise dessa experiência de se perceber sujeito.

Como expresso por Figueiredo e Santi (2006), para que surjam projetos de psicologia científica é necessário não somente uma ideia clara da experiência de subjetividade, mas também uma crise dessa experiência, pois é justamente essa experiência de crise que suscitará uma busca por um conhecimento válido capaz de compreender, explicar e ser subsídio para esse ser desamparado.

Eis aí, portanto, que de acordo com Figueiredo (2007, p. 129), “o espaço psicológico, tal como hoje o conhecemos, nasceu e vive precisamente da articulação conflitiva daquelas três formas de pensar e praticar a vida em sociedade”, quais sejam, as Ideias Liberais, as Práticas Disciplinares e o Romantismo. Assim sendo, os alicerces da psicologia são formados por “[...] um complexo de relações sincrônicas, caracterizadas pelo antagonismo entre diversas orientações intelectuais irreduzíveis umas às outras” (FIGUEIREDO, 2005, p. 26).

Isso significa que esse espaço composto por pensamentos tão diferentes e, por vezes, até contrários entre si, foi ocupado, não por uma psicologia unificada em suas visões, mas por diferentes pensamentos psicológicos. Estes, embora em alguns pontos se relacionem entre si, vão, cada um a partir de suas raízes, se constituindo enquanto projetos de psicologia independentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo que possibilitou o surgimento da psicologia como ciência no século XIX é perpassado por ambiguidades e contradições que refletem as próprias condições do seu objeto, ou

seja, tal como o sujeito é contraditório, ambíguo, podendo ser tomado por muitas perspectivas, assim também se constitui a ciência que pretende tratar da subjetividade. Como pode ser visto retomando a citação de Figueiredo (2005, p. 26) acerca da gestação da psicologia, “no lugar de uma história propriamente dita [...] nos deparamos com um complexo de relações sincrônicas, caracterizadas pelo antagonismo entre diversas orientações intelectuais irredutíveis umas às outras”.

Assim sendo, muitos iniciantes no estudo da psicologia expressam dificuldades em compreender esse processo histórico formado pela relação de diferentes perspectivas, que embora ocorram em uma mesma época, são contrárias umas às outras. Diante disso, o presente texto buscou utilizar uma linguagem clara e objetiva para, de maneira mais sistematizada, apresentar o processo de formação do contexto que possibilitou o aparecimento da psicologia como ciência.

A partir de uma revisão narrativa acerca das raízes da psicologia foi possível pontuar que o desenvolvimento e aprofundamento da noção de subjetividade, bem como a crise dessa ideia e a valorização do conhecimento científico acerca do ser humano formaram as condições fundamentais para o aparecimento da psicologia como ciência no século XIX.

Conforme descrito ao longo do desenvolvimento desse texto, a noção de sujeito tem seu início no período do Renascimento quando o ser humano perde as suas referências externas, precisando, portanto, construir a partir de si mesmo um novo juízo da realidade. Nesse mesmo período, o desenvolvimento do mercantilismo, que aprofunda a noção de subjetividade, associado ao sentimento de valorização da humanidade vai suscitar o aparecimento dos Ideais Liberais. Estes consistem, sobretudo, no sentimento de que o homem deve ser livre para assim, como irmãos, gozar de direitos iguais na constituição do Estado.

A perda das referências externas, como citado no parágrafo anterior, ocorrida no Renascimento vai suscitar no sujeito um sentimento de ceticismo que os conduzirá na busca de maneiras para superá-lo. Esse esforço associado à valorização da humanidade possibilita o desenvolvimento de meios racionais e empíricos como métodos seguros para descobrir a verdade acerca do universo. Assim, através desses métodos científicos, o sujeito se percebe como ser soberano que, com base somente na ciência e sem interferência de qualquer emoção, é capaz de desvendar os mecanismos de funcionamento do universo e de tudo que nele existe. Assim, o sujeito se propõe a desenvolver conhecimentos que o ajudem, inclusive, a prever e controlar os próprios comportamentos humanos. Como resultado desse controle são elaborados Práticas Disciplinares que regem a vida cotidiana das pessoas por meio de propagadores como escolas, igrejas, meios de divulgação de massa, entre outros.

A luta da nova classe econômica surgida com o desenvolvimento do mercantilismo por liberdade, igualdade e fraternidade coloca o sujeito numa nova posição social. Nesta os sujeitos se sentem livres para ascender socialmente, no entanto perdem a liberdade de mostrarem como

verdadeiramente sentem e pensam. Isto ocorre porque os novos papéis sociais assumidos por essa classe econômica emergente lhes impõem padrões de comportamento, e até de pensamento, cada vez mais regidos por disciplinas.

Esse controle exacerbado da vida cotidiana bem como o questionamento acerca da soberania do sujeito como ser essencialmente racional possibilita o aparecimento do Romantismo. Esse movimento filosófico e cultural de valorização da singularidade, da individualidade, da intimidade do ser humano, ou seja, das emoções que fazem cada sujeito ser único no mundo.

Pormenorizado o contexto descrito acima, foi possível deixar evidente que no século XIX os Ideais Liberais as Práticas Disciplinares e o Romantismo são três vias possíveis de constituição e compreensão do ser humano. Pela primeira via, o sujeito se sente livre para ascender socialmente, mas entra em crise ao perceber que está preso a padrões sociais e que agora, sozinho, precisa arcar com as consequências de suas escolhas. Também aquele que elabora as práticas disciplinares por meio do conhecimento científico, entra em crise ao se dar conta que não é capaz de controlar nem as suas próprias emoções e que, na realidade, os sentimentos são mediadores de toda relação do ser humano com o mundo. Por último, o sujeito exaltado como ser de emoções, como livres e únicos em sua forma de sentir e se relacionar com o mundo, se sente desamparado quando perceber que seus próprios sentimentos e, inclusive, aquilo que acha bonito ou feio, bom ou ruim são, em grande medida, regulados pelas práticas disciplinares.

Assim sendo, no século XIX coexistem pensamentos acerca do ser humano que ao mesmo tempo em que aprofunda a experiência de subjetividade, leva os indivíduos a uma vivência de crise da mesma, demandando, portanto, um conhecimento seguro capaz de ampará-lo nessa situação de desconstrução. Neste contexto, portanto, é que se tem diferentes visões acerca do ser humano se propondo a elaborar, cada uma de sua maneira, um conhecimento válido acerca do sujeito, formando assim os projetos de psicologia que ocuparão o espaço psicológico, conforme descrito por Figueiredo (2005).

Assim finalizo o presente texto, na expectativa de ter conseguido apresentar a formação do espaço psicológico de modo que os iniciantes no estudo da psicologia possam compreender os alicerces que possibilitaram o surgimento da psicologia.

## REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M.; PONTARA, M. *Português: contexto, interlocuções e sentido*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2016.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. História: das cavernas ao terceiro milênio. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2013.

CARPIGIANI, B. Psicologia: das raízes aos movimentos contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

FIGUEIREDO, L. C. M. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. 7 ed. São Paulo: Escuta, 2007.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FIGUEIREDO, L. C.; SANTI, P. L. R. *Psicologia*. Uma (nova) Introdução. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2006.

FREIRE, I. R. *Raízes da psicologia*. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOSI, G. História e atualidade dos direitos do homem. In: NEVES, PSC; RIQUE, CDG; FREITAS, FFB (Org.). *Polícia e Democracia: Desafios à educação em direitos humanos*. Recife: Bagaço, 2002.

---

Recebido em: 15 de Janeiro de 2019

Aceito em: 03 de Fevereiro de 2019

<sup>1</sup>Psicóloga, especialista em psicologia aplicada à educação, mestre em psicologia (UFC), docente do curso de psicologia da Faculdade Vale do Salgado. E-mail: hellenbarreto@fvs.edu.br